

JUDICIARIUM

Des. Cláudio Dinart
Déda Chagas,
presidente do TJSE

Órgão de divulgação do Poder Judiciário do Estado de Sergipe • Ano XIV - Edição 96 - Fevereiro de 2014

1 ANO DE GESTÃO

saber **OUVIR** é o primeiro passo para se fazer **Justiça**



Com objetivo de aumentar a participação da sociedade no aperfeiçoamento dos serviços jurisdicionais, o Tribunal de Justiça de Sergipe potencializa as atividades da sua Ouvidoria-Geral. Tendo um Desembargador como Ouvidor, o serviço tem como principais finalidades receber consultas, informações, sugestões, reclamações, críticas, denúncias e elogios dos usuários sobre as atividades do Judiciário sergipano, além de prestar esclarecimentos sobre a sua atuação.

SEGUNDA A
SEXTA-FEIRA
07 às 18h

Disque Ouvidoria:

3226-3875 / 0800 079 0008,
opção 05

Ouvidor Virtual:

ouvidoria@tjse.jus.br

Formulário Eletrônico:

www.tjse.jus.br/ouvidoria, no
campo Manifeste-se

Atendimento Presencial:

Palácio da Justiça
Praça Fausto Cardoso,
112, 2º andar, Centro, Aracaju/SE



OUVIDORIA GERAL
DO PODER JUDICIÁRIO DE SERGIPE



EDITORIAL

Euler Ferreira

Um ano é sempre uma data a ser lembrada. Ainda mais quando o resultado do trabalho é positivo, repleto de novidades e boas notícias. Por isso, decidimos preparar uma edição especial da revista *Judiciarium*, com o balanço dos primeiros doze meses da gestão do Desembargador Cláudio Déda frente à Presidência do Tribunal de Justiça de Sergipe. Só em tecnologia, o investimento superou os R\$ 4 milhões.

Outras áreas também tiveram atenção especial do presidente, como a modernização, com a virtualização que chegou ao 2º grau de jurisdição, e a administração, que em apenas nove meses convocou 137 servidores aprovados no concurso de 2009. Outro destaque foi a implantação do Departamento de Precatórios, que trouxe mais agilidade e transparência aos credores.

Na sua primeira entrevista à *Judiciarium*, o presidente do TJSE anunciou o tão aguardado concurso para analista e técnico do Judiciário, disse que pretende fazer o projeto arquitetônico de um novo Palácio da Justiça, a ser construído no Centro Administrativo de Aracaju, e também comentou sobre a perda do irmão, o Governador Marcelo Déda. Não dá para deixar de conferir. Boa leitura!

NESTA EDIÇÃO



04

Presidente do TJSE conta, em entrevista, planos para o segundo ano de sua gestão



08

Setor de Tecnologia do TJSE recebeu investimento de R\$ 4,2 milhões em 2013



20

Desembargador Cláudio Déda deu início a 41 novas obras

- 11 Processo eletrônico chega ao 2º grau
- 14 Quadro do TJ recebeu 137 novos servidores em nove meses
- 16 Planejamento estratégico contribui para o alcance de metas nacionais
- 22 Departamento de Precatórios facilitou o acesso de credores à informação
- 24 Ações da Coordenadoria da Infância incentivaram criação de duas 'Casa Lar'
- 29 Projetos da Coordenadoria da Mulher foram divididos em quatro eixos
- 33 Agenda do Presidente

REVISTA JUDICIARIUM

Órgão de divulgação do Poder Judiciário do Estado de Sergipe

Planejamento e produção

Diretoria de Comunicação do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe

Diretor EULER FERREIRA **Chefe da Divisão de Imprensa** LUCIANO AUGUSTO **Editora** JANAINA CRUZ (DRT 857/SE)

Reportagens DENISE RODRIGUES, LUCIANO ARAUJO, MÁIRA SILVEIRA (estagiária)

Fotografias BRUNO CÉSAR, ANDRÉ HYLLING **Projeto gráfico e diagramação** EDUARDO LINS

Revisão RONALDSON SOUSA **Impressão** PADRÃO GRÁFICA EDITORA **Tiragem:** 1.000 exemplares

Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe

Praça Fausto Cardoso, 112 - Centro - Aracaju, SE - 49080-010

Fone: (79) 3226-3100 - E-mail: dircom@tjse.jus.br - www.tjse.jus.br

“Se uma peça estiver fora do lugar, a engrenagem não funciona perfeitamente”

Presidente do TJSE, Desembargador Cláudio Déda, fala sobre concurso, novas vagas para Desembargador e o desafio de administrar

Nascido em Simão Dias, município localizado na região Centro-Sul de Sergipe, filho de Manoel Celestino Chagas, fiscal de tributos, e da dona de casa Zilda Déda Chagas, Cláudio Dinart Déda Chagas, Desembargador-Presidente do Tribunal de Justiça de Sergipe, por pouco não seria hoje um médico. Ouviu os conselhos do pai e fez vestibular para Medicina, mas acabou mesmo cursando Direito na Universidade Federal de Sergipe. Apesar das muitas possibilidades dentro da carreira jurídica, ele escolheu a magistratura. Passou no concurso para Juiz em 1980, atuando nas Comarcas de Gararu, Laranjeiras, Itabaiana, Riachuelo, São Cristóvão, Lagarto, Ribeirópolis e Boquim, até chegar às Varas Criminais de Aracaju. Em 1995, foi designado para exercer o cargo de Juiz Corregedor da Justiça. Em 6 de agosto de 2003, foi nomeado, pelo critério de merecimento, para o cargo de Desembargador. Exerceu a função de Corregedor-Geral da Justiça no biênio 2005-2006 e assumiu a Presidência do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe durante o biênio 2008-2010. Assumiu a Presidência do TJSE no dia 6 de fevereiro de 2013 e fica no comando até fevereiro de 2015. Nesta entrevista, ele fala sobre o começo da carreira, as dificuldades que enfrentou ao assumir a administração do TJSE, os investimentos em obras e tecnologia, a realização de concursos, possível criação de novas vagas para Desembargadores e sobre o irmão Marcelo Déda. Confira!

REVISTA JUDICIARIUM – Quando e por qual motivo o senhor escolheu a carreira jurídica?

CLÁUDIO DÉDA – No primeiro vestibular que prestei, em 1969, fiquei como excedente em medicina. Com o resultado, eu tomei a iniciativa de viabilizar a carreira que eu pretendia, então escolhi um curso pré-vestibular, um dos melhores de Aracaju, coordenado pelo professor Hinaldo de Alencar, porque eu queria mesmo era fazer direito. Medicina era um desejo do meu pai, mas eu não tinha muita inclinação. Realmente não tinha vocação. Em 1970, fui aprovado no

vestibular de direito, em sétimo lugar. Quando terminei o curso, passei praticamente seis anos advogando. No início, voltei para minha cidade, Simão Dias, e fui trilhar o mesmo caminho que meu avô José de Carvalho Déda trilhou. Ele tinha feito uma advocacia que deixou marcas na cidade e nas comarcas circunvizinhas.

JUDICIARIUM – E como foi passar no concurso para Juiz e o trabalho nos primeiros anos?

CD – Fui aprovado no concurso para Juiz em 14º lugar. Na época, existiam sete vagas, mas no prazo de validade do concurso fui nomeado. Para mim foi uma realização que eu pretendia há muito tempo. Fui nomeado para Gararu, em agosto de 1980, que era uma comarca de difícil acesso. Não existia fórum. A gente trabalhava em uma dependência da Prefeitura. Consegui transferir nosso local de trabalho para uma casa que era alugada pelo Tribunal Regional Eleitoral, onde eu realizava as audiências. Tive dificuldades porque não havia onde me alojar bem. Passei cerca de um mês em uma pensão precária. Depois fiquei em um apartamento graças a um amigo que foi trabalhar no DER'8. Somente quando sai de Gararu a construção do fórum foi concluída. Em outras Comarcas também não havia fórum, funcionava em casas alugadas. Além disso, a gente não se comunicava com os colegas, cujo objetivo era o de discutir problemas jurídicos. Os livros que precisávamos para pesquisas estavam disponíveis na biblioteca do Tribunal de Justiça. Eram tempos difíceis.

JUDICIARIUM – Quando o senhor decidiu que gostaria de ser Juiz, imaginou que poderia chegar ao mais alto cargo da Justiça em seu Estado?

CD – Para mim, o importante era ser magistrado. Eu nunca pensei em ser Presidente do Tribunal de Justiça. Outros passaram por aqui e foram alcançados pela idade, completaram 70 anos sem ser Presidente. Por isso, para mim se eu chegasse à Presidência seria um orgulho. Mas

“Às vezes, eu dormia e acordava no meio da noite com a solução do litígio e ia para o computador digitalizar a sentença. Os meninos reclamavam e eu dizia: não acabei de desvendar um enigma; pois encontrei a solução jurídica do caso em estudo.”



Foto: Bruno César

também se isso não acontecesse eu estaria contente mesmo com a magistratura, que foi o sonho da minha vida pública. Muitas vezes levava trabalho para casa o que prejudicava o interesse dos filhos menores. Ficava prolatando sentença na minha casa. Enquanto a ideia estava formatada na memória eu não podia sair porque poderia perder aquilo que havia desvendado. Às vezes, eu dormia e acordava no meio da noite com a solução do litígio e ia para o computador digitalizar a sentença. Os meninos reclamavam e eu dizia: não acabei de desvendar um enigma; pois encontrei a solução jurídica do caso em estudo. E era essa solução jurídica que muitas vezes aflorava no momento que eu estava descansando.

JUDICIARIUM – *O senhor assumiu o cargo de Juiz em 1980 e de Desembargador em 2003. Na sua opinião, quais foram os principais avanços do Tribunal de Justiça de Sergipe durante esse período?*

CD – Melhorou a parte estrutural com a construção de prédios em todas as Comarcas do Estado. A informatização veio trazer um avanço muito grande para o Judiciário de Sergipe. É tanto que somos referência nacional graças ao empenho dos Presidentes que me antecederam. Ou seja, agora estamos colhendo os frutos do passado.

JUDICIARIUM – *Qual o principal desafio o senhor enfrentou ao assumir a Presidência do TJSE e o que o senhor fez para superá-lo?*

CD – A administração pública é muito complexa e envolve diversas áreas do conhecimento humano. Apesar de eu ter sido Presidente do TRE e Corregedor no TJ, a realidade na Presidência é outra. São muitos problemas: servidores deixam com frequência seus cargos e as vagas decorrentes de demissões voluntárias são preenchidas tempos depois, devido à demora na realização de concurso público. Essa certeza se deve ao procedimento legalmente estabelecido, que dificulta a solução rápida do problema. Eu não administro sozinho. Deve-se ter uma boa equipe. Tudo isso funciona como uma máquina. Se uma peça estiver fora do lugar, a engrenagem não funciona perfeitamente. É necessário que todos os setores funcionem a contento para que, no futuro, possamos dizer que realizamos um trabalho fecundo. Eu queria fazer muito mais, porém o tempo é exíguo. Dois anos não são suficientes. Eu tenho a pretensão de manter o patamar que o Judiciário sergipano tem conquistado ao longo das outras administrações.

JUDICIARIUM – *O TJSE vem sendo apontado pelo Conselho Nacional de Justiça como um dos melhores Tribunais do país. O que a atual gestão está fazendo para manter esse patamar de excelência?*

CD – Estou investindo muito na informatização porque daqui para frente é isso que vai levar o Poder Judiciário à celeridade dos julgamentos. Temos Juízes competentes, que julgam os feitos com qualidade e comprometimento. Tudo isso aconteceu porque foi criada uma base sólida. Aqui é tudo organizado. Vou tentar investir ao máximo para que possamos produzir mais e melhor. Espero

“O que temos visto, em nível nacional, é a existência de vários problemas envolvendo os precatórios. Eu quero fazer o correto, eu gosto de pagar o que as pessoas têm direito. Não é justo que a demora venha prejudicar o credor.”

que não haja retrocesso no sistema eletrônico, ora implantado.

JUDICIARIUM – Na sua gestão, foi criado o Departamento de Precatórios. O que isso significou para quem tem créditos a receber de entes públicos?

CD – O Departamento de Precatório foi criado de 2012 para 2013, através de uma determinação do Conselho Nacional de Justiça. A partir daí, procuramos separar os processos judiciais dos precatórios e tentamos organizar para viabilizar o pagamento devido aos credores. Temos encontrado muita dificuldade porque esses precatórios não vêm instruídos. Faltam peças e elas demoram a chegar ao processo. Os advogados dizem que há uma demora, mas temos que definir com segurança os valores a serem liberados, de forma que não traga complicação nem para as partes, nem para quem está liberando. O que temos visto, em nível nacional, é a existência de vários problemas envolvendo os precatórios. Eu quero fazer o correto, eu gosto de pagar o que as pessoas têm direito. Não é justo que a demora venha prejudicar o credor. Essa certeza se deveu ao procedimento legalmente estabelecido, que dificulta a solução rápida do problema. Os valores acabam sendo pagos em 15 anos, os entes devedores criam certo embaraço porque muitos deles não estavam depositando o que era devido. Estamos cobrando agora. Toda semana temos audiências com prefeitos do interior e com outros órgãos do governo para que os valores sejam depositados corretamente.

JUDICIARIUM – Qual a área do Tribunal requer uma atenção especial no momento?

CD – O departamento de obras. Estou tentando resolver a excessiva demora na conclusão de construções e reformas, já iniciadas, em decorrência de inúmeros problemas constatados, principalmente os de responsabilidade dos licitantes. O processo licitatório também tem causado grandes entraves no início da construção devido a procedimento legalmente estabelecido. Estou pensando em iniciar este ano o projeto dos “Fóruns Integrados III”, localizados no Distrito Industrial de Aracaju. A próxima administração deve concluir essa obra que é de vital importância para os jurisdicionados. Nosso principal projeto é a viabilização da construção, no Centro Administrativo Governador José Rollemberg Leite, de nova sede do Tribunal de Justiça e Anexos haja vista que o Palácio de Justiça com o decorrer do tempo tornou-se pequeno.

Foto: Bruno César



“Já temos dois concursos públicos à vista. O primeiro, tudo indica, será o de notários e registradores. O segundo é para técnicos e analistas do Tribunal.”



Tenho interesse de começar e concluir a licitação do projeto arquitetônico ainda este ano. Quem me suceder poderá começar a obra.

JUDICIARIUM – O senhor tem mais um ano de gestão pela frente. Quais são os próximos passos? Vai haver concurso para servidores?

CD – Já temos dois concursos públicos à vista. O primeiro, tudo indica, será o de notários e registradores. O segundo é para técnicos e analistas do Tribunal, que já está com a licitação concluída e o contrato já foi assinado. Estamos aguardando a Cespe determinar a data para que haja as inscrições. Pretenderia, ainda, fazer concurso para Juiz de Direito. Outra ideia é criar dois cargos de Desembargadores, além de alterar a organização judiciária para uma melhor redistribuição de competência jurisdicional, criando algumas Comarcas e elevando outra. Tudo isso não depende só de mim, mas também de aprovação de projetos de lei no Pleno.

JUDICIARIUM – Quando o senhor assumiu a Presidência do TJSE aconteceu algo inédito no Estado: dois irmãos ocupando a liderança de dois Poderes, o Executivo com Marcelo Déda e o Judiciário com o senhor. Como foi lidar com isso? E como foi para o senhor, depois, a perda do seu irmão?

CD – Houve uma coincidência. Acho que em pouco tempo isso não deverá se repetir. Ele foi escolhido pelo voto direto do povo. Eu fiz concurso para a magistratura, onde estou há 33 anos, e pelo sistema normal de rodízio cheguei à Presidência.



A posse da Mesa Diretora do TJSE para o biênio 2013-2015 aconteceu no dia 6 de fevereiro de 2013. Confira alguns momentos marcantes



E ainda temos um terceiro membro da família, meu cunhado Edson Ulisses de Melo, que é o Vice-Presidente do Tribunal. Isso nunca me envaideceu. Mas foi uma grandeza para nossa família. Nunca tivemos contato para falar sobre a parte administrativa do Judiciário e do governo. Sempre nos mantivemos distantes nesse particular. Se havia demandas contra o Estado de Sergipe e eu podia julgá-las, muitas das vezes ele perdia, ou ganhava, dependia do direito. Ele sabia disso. Cada um respeitava seus limites, mas os Poderes sempre permaneceram harmônicos e independentes. Ele fazendo a parte dele no Executivo e eu cumprindo minha missão no Judiciário. Quando a administração dele precisou ser interrompida por causa de grave enfermidade - câncer gastrointestinal, em abril ou maio de 2013, eu estava há poucos meses na Presidência do Tribunal. A morte dele foi prematura. Pela ordem natural das coisas não se pensava que isso acontecesse. Mas aconteceu. Não conhecemos os desígnios de Deus. Foi uma perda grande para a família.

JUDICIARIUM – Sua gestão termina em fevereiro de 2015 e em junho o senhor completará 70 anos, chegando à aposentadoria compulsória. Já tem projetos para essa nova fase?

CD – A princípio pretendo ficar distante de qualquer atividade profissional porque tive poucos momentos para dedicar-me exclusivamente à família. Quero estar com os filhos e a mulher. Conhecer outros lugares, mas se eu tiver reais condições, depois dessa nova etapa da vida, voltarei a trabalhar na área jurídica.



Utilize o aplicativo leitor de QR Code do seu smartphone e veja a matéria completa da posse, exibida no programa Sergipe Justiça

Investimentos chegaram a R\$ 4,2 milhões

Secretaria executa objetivos contidos no Planejamento Estratégico do TJSE



Foto: Bruno César

No Centro de Operação de Rede, a equipe da Secretaria de Tecnologia monitora circuitos, sistemas e a internet utilizada por todos os servidores do Estado

Desenvolver competências gerenciais e técnicas dos servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação é um dos objetivos estratégicos do TJSE. Com esse intuito, foi elaborado um plano anual de capacitação funcional dentro da Secretaria de Tecnologia de Informação e Comunicação (Seteci) do TJSE. Além disso, a Seteci trabalhou em outros projetos, como a virtualização, governança de tecnologia da informação e comunicação, comitê gestor de segurança e otimização das rotinas de trabalho. No total, os investimentos na área de tecnologia chegaram a R\$ 4,2 milhões no último ano.

“Boa parte do investimento em tecnologia foi para a melhoria da infraestrutura física das localidades mais distantes da capital, com a modernização dos equipamentos antigos de acordo com a necessidade de cada comarca. Também houve aprimoramento de versão do sistema de videoaudiência para as gravações,

melhorando a performance, dando mais segurança aos dados armazenados e uma maior facilidade para os usuários terem acesso às gravações já publicadas”, explicou Denise Martins Moura, Secretária de Tecnologia da Informação do TJSE.

Segundo Denise, outro projeto estratégico importante, em fase de implantação, é a melhoria da qualidade dos serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) visando atender às necessidades crescentes da organização. “Sendo assim, foram estruturadas as rotinas para atendimento de chamados através dos processos de incidentes, requisições e problemas. Tais processos visam dar suporte à criação do Service Desk em substituição ao Call Center ainda vigente”, completou a secretária.

E para melhorar a velocidade de acesso à internet, foi executado o projeto de ampliação do link de internet de entrada do site para que

possa suportar o aumento de tráfego previsto com a implantação da virtualização em todo o Estado.

Virtualização

Dando continuidade ao programa de Gestão e Otimização das Rotinas de trabalho na área judicial, foram virtualizadas, somente no ano de 2013, as Varas de Fazenda Pública da Comarca de Aracaju (3ª, 12ª e 18ª Varas Cíveis), as Varas Cíveis da Comarca de Aracaju (1ª, 4ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 11ª, 13ª, 14ª, 15ª e 21ª) e migração da 20ª Vara Cível do Sistema de Controle Processual (SCP) para o Sistema de Controle Processual Eletrônico (PGRAU).

Para dar suporte a esse programa foi executado os projetos de instalação e modernização de computadores e equipamentos:

- 500 computadores para substituição das máquinas da Presidência, Vice-Presidência, Juízes Auxiliares, Divulgação, Pleno, Câmaras Cíveis e Subsecretarias, Câmara Criminal, Gabinetes e Assessorias, Secretaria Jurídica, Escrivânicas, Protocolo do 2º Grau, Precatórios (com vistas à implantação do sistema de virtualização do 2º Grau), além da Divisão de Atos, Comunicação, Coordenadorias da Infância e da Mulher, Consultoria de Processos Judiciais (CPJ), Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar (CPPAD), Central Plantonista (Ceplan);

- Doação de 689 micros do CNJ (substituição dos micros com mais de três anos de uso): a Divisão do Interior substituiu 230 e acrescentou 16 máquinas e a Divisão da Capital efetuou a troca de 397 máquinas.

Aquisição de quatro mesas de som digitais para substituição das mesas analógicas existentes no Pleno, Câmaras Cíveis e Câmara Criminal, melhorando a performance de sonorização nesses ambientes.

Governança de TIC

Vale lembrar que, em 2013, foi realizado o primeiro workshop de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) do Poder Judiciário do Estado de Sergipe, em



O workshop de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação foi aberto pelo Juiz Auxiliar da Presidência, Marcelo Campos, e ministrado por Lúcio Meire, representante do CNJ



novembro. O intuito foi o de fomentar a aplicação da Governança de TIC e a aliança estratégica com outros Tribunais, como o do Trabalho (TRT), Federal (TRF) e o Eleitoral (TRE), buscando cada vez mais o alinhamento estratégico com as diretrizes das Resoluções 90 e 99 do CNJ, além da melhoria de integração e comunicação entre os setores internos do TJSE.

“O evento foi muito positivo porque promoveu o intercâmbio de informações com a reunião de todos os integrantes da Justiça do Estado de Sergipe contando com a presença de

palestrantes do CNJ”, analisou Denise Martins. “Compartilhamos conhecimentos e, claro, aprendemos também com os colegas daqui para que todos nós façamos melhores contratações de TI”, afirmou Lúcio Melre, representante no Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Otimização das rotinas de trabalho

Outro programa que prosseguiu durante a administração do Desembargador Cláudio Déda foi o de Gestão e Otimização das Rotinas de trabalho na área administrativa. A Seteci continuou o levantamento de requisitos para o projeto de virtualização dos processos administrativos e iniciou a homologação dos módulos que já tinham sido desenvolvidos. O Sistema de Atos e Portarias também foi alterado para atender à Resolução nº 25/2012, visando agilizar não somente a publicação dos Atos e das Portarias, bem como a comunicação entre os setores que irão efetivar as determinações contidas neles.

Os sistemas de apoio às áreas judiciais e administrativas também evoluíram, como o Sistema de Controle de Plantão do 1º Grau para atender à Portaria 62 de 2013 do TJSE. Foram implementadas funcionalidades no Sistema de Administração do Arquivo Judiciário para facilitar o descarte de processos dos Juizados, atendendo assim à Resolução 38/2012 do TJSE. Houve, ainda, a adequação dos Sistemas de Mandados, Custas Judiciais, Arquivo Judicial e do Núcleo de Postagem também visando atender às peculiaridades do Sistema Controle Processual Eletrônico do 2º Grau.

Para dar uma maior celeridade e segurança ao trâmite processual, foram desenvolvidas e ampliadas integrações utilizando a tecnologia de WebService (troca de informações pela internet), para trocar informações com órgão parceiros:

■ Tribunal Regional Eleitoral (TRE): ampliação no serviço de troca de informações das movimentações processuais;

■ Procuradoria Geral do Estado (PGE): desenvolvimento do serviço de integração para informar as Pautas de Leilão, Audiências e Julgamentos do 2º Grau e Turma Recursal.



Reunião do Comitê Gestor de TI, realizada no dia 7 de março. Abaixo, reunião do Grupo de Governança de TIC, no dia 26 de julho



Ainda neste toar, foi desenvolvido o módulo da Promotoria Especializada do Ministério Público Estadual no Portal do TJSE, integrando essas Promotorias às competências do Judiciário ao processo eletrônico.

Comitê Gestor de Segurança

Outra ação da Seteci foi a efetivação do Comitê Gestor de Segurança, que é responsável por orientar as ações e investimentos em segurança da informação do TJSE. Sua criação atende à Resolução 90 do CNJ. O Comitê foi criado como órgão consultivo/sugestivo à Presidência para possibilitar o efetivo funcionamento dos sistemas informatizados da Justiça sergipana. Entre as ações do Comitê, foi normatizada a ‘Política de Segurança da Informação’, que possibilita aos usuários (servidores e magistrados) a utilização, de forma segura, da rede de informações, além de direitos e deveres em relação ao uso dos sistemas. Um dos tópicos abordados pelo Comitê de Segurança foi a utilização do uso da internet e e-mail, definindo responsabilidades e comprometimento para a sua aplicação.

Implantado processo eletrônico no 2º Grau do TJSE

Diretoria promoveu outras ações importantes, como capacitação de servidores-multiplicadores

Implantação do Processo Judicial Eletrônico em Varas Cíveis de Aracaju e no 2º Grau de Jurisdição, padronização da Consulta Processual Interna e elaboração de material didático para a construção de Curso de Ensino a Distância foram algumas das muitas ações desenvolvidas pela Diretoria de Modernização Judiciária (Dimoj) desde fevereiro de 2013. Segundo o Diretor de Modernização Judiciária, Romualdo Prado Júnior, antes mesmo de assumir a Presidência do TJSE, o Desembargador Cláudio Déda já demonstrava interesse pelas atividades do setor:

“Ele se interessou pelas atividades desempenhadas para que não parassem. Acho que uma das mais importantes contribuições que o Desembargador Cláudio Déda nos deu foi manter a concisão de um grupo que trabalhava em prol da efetividade da prestação jurisdicional, que é a Diretoria de Modernização”, opinou Romualdo, lembrando que o atual Presidente já foi também Corregedor do TJSE. “Então, ele sabe o que o 1º grau representa, mas também não esqueceu o 2º grau quando optou pela implementação do processo eletrônico no 2º grau, diante de um cronograma que foi agendado e dando todo apoio, inclusive com a instituição de multiplicadores”, explicou o diretor.

PROJETOS DESENVOLVIDOS

Acompanhamento do Projeto do Processo Eletrônico no 2º Grau de Jurisdição

Em face do desenvolvimento pela equipe técnica da Secretaria de Tecnologia da Informação, a Dimoj, através da Divisão do 2º Grau, iniciou o contato direto e constante para que dúvidas fossem sanadas de pronto e que o resultado do produto fosse melhor implementado. As atividades relacionadas do novo sistema do 2º Grau identificaram e acompanharam a correção de 943 problemas da versão teste.

Capacitação de Multiplicadores para o Processo Eletrônico no 2º Grau de Jurisdição

Diante da autorização da Presidência em disponibilizar servidores qualificados e escolhidos pelos setores, foram realizados cursos específicos. Dessa forma, os servidores



Capacitação de servidores para adaptação e acompanhamento do novo sistema de controle do processo judicial eletrônico

capacitados podem acompanhar e orientar os colegas do setor na adaptação ao novo sistema informatizado de controle do processo judicial eletrônico. “Esses multiplicadores são servidores do próprio quadro, de cada setor, que colaboram com o trabalho focado naquele serviço. Ele é um braço da Diretoria de Modernização e também da própria Presidência, atuando nas Varas, gabinetes de Desembargadores e Secretarias”, explicou Romualdo Prado Júnior.

Capacitação dos Servidores do 2º Grau de Jurisdição

Todos os servidores que estão disponíveis nos gabinetes e setores do 2º Grau de Jurisdição foram capacitados com a colaboração da Escola Judicial de Sergipe (Ejuse). A ambientação abrangeu 250 servidores, perfazendo 148 horas de capacitação, entre servidores e multiplicadores.

Realização de Curso de Capacitação presencial para os multiplicadores

Aplicação de Curso de capacitação presencial para 32 multiplicadores. Total de 20 horas-aulas, sendo os multiplicadores divididos em duas turmas. Apresentação

teórica e prática para tratar do processo judicial eletrônico e do novo sistema informatizado. Aplicação de avaliação ao final do curso.

Intimação Eletrônica

Projeto que busca uniformizar a atuação dos usuários externos ao processo, especificamente os advogados públicos, para que recebam as intimações eletrônicas e possam gerenciar a forma como irão disponibilizar os processos de acordo com as atribuições internas de cada um dos Órgãos.

Padronização da Consulta Processual Interna

Projeto visa proporcionar a melhoria da exibição da consulta processual, através de mudança radical em seu *layout*, possibilitando a linearidade das informações.

Implantação do Processo Judicial Eletrônico nas Varas Cíveis Residuais da Comarca de Aracaju

Aplicação da segunda etapa do cronograma de virtualização. Foi implantado o processo judicial eletrônico nas Varas Cíveis Residuais localizadas no Fórum Gumersindo Bessa: 1ª, 4ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 11ª, 13ª, 15ª e 21ª, no dia 10 de junho de 2013.

Elaboração de material didático para a construção de Curso de Ensino a Distância

Análise, elaboração e tutoria do Curso de Ensino a Distância voltado ao processo judicial eletrônico. Aplicado a todos os demais servidores das unidades jurisdicionais virtualizadas no 1º semestre de 2013, mediante convocação da Presidência do TJSE.

PROJETOS EM DESENVOLVIMENTO

Manual de Procedimento Judicial do 2º Grau de Jurisdição

Está sendo elaborado o Manual de Procedimento Judicial do 2º Grau de Jurisdição para orientar e padronizar as rotinas de procedibilidade no processo judicial eletrônico. A primeira versão não contará com modificações no Regimento Interno e melhorias que ainda estão sendo desenvolvidas pela equipe técnica da Secretaria de Tecnologia da Informação do TJSE.

Projeto Processo Judicial Criminal Eletrônico

Compondo o *Programa Gestão e Otimização das Rotinas de Trabalho da Área Judicial*, o projeto que tenciona promover a virtualização das varas criminais da capital e do



interior, possibilitando a reorganização dos fluxos de trabalho, respeitando as leis do processo penal, notadamente a política de desmembramento, a individualização das penas aplicadas e a maior automatização e controle das guias de execução penal e das medidas e penas alternativas.

Reformulação do Regimento Interno

Participação em Comissão criada para a reformulação do Regimento Interno do Tribunal de Justiça de Sergipe, notadamente naquilo que interfira na padronização das rotinas que tornem o processo mais eficiente e a adequação ao processo judicial eletrônico.

OUTRAS AÇÕES

Visitas técnicas: TJRS, TJMS e STJ

Algumas visitas técnicas a outros Tribunais foram de fundamental importância para a Dimoj. Uma delas foi ao Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, onde foi feito um levantamento sobre o processo eletrônico do 2º Grau. “Quando nos interessamos por essa viagem, o Desembargador Cláudio Déda prontamente entendeu isso. O TJRS é um Tribunal de vanguarda e fomos analisar a situação que eles vivem hoje: têm um corpo pequeno de servidores e uma produtividade grande”, ressaltou Romualdo Prado Júnior.



Novos Juízes foram treinados para utilizar o Sistema dos Juizados Especiais. A Diretoria de Modernização também confeccionou o relatório da Semana Nacional de Conciliação e acompanhou a apresentação da estrutura do Plantão 24 Horas à Secretaria de Segurança Pública



Além disso, a equipe pôde conhecer no TJRS o trabalho de descarte documental do Arquivo Judiciário e o controle jurisprudencial. “Concluímos que o maior efeito causado pelo tipo de jurisprudência que eles utilizam lá não tem nada a ver com sistemas informatizados, apesar de ser indispensável, mas com o corpo de servidores, com a forma que eles fazem a análise e indexam essa jurisprudência de maneira que a localização seja fácil”, analisou Romualdo.

Já no Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul, os servidores de Sergipe coletaram mais informações sobre o Processo Judicial Eletrônico criminal; a Secretaria Única, a Videoconferência e o Juiz Leigo. A visita ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) teve como objetivo conhecer mais de perto a importância da jurisprudência, do controle e tratamento até a sua disponibilização. “Foram viagens bem proveitosas. Trouxemos muitas informações e colocamos em relatórios”, concluiu Romualdo.

Confecção do Relatório do Mutirão Carcerário 2013

Documento que registrou o diagnóstico das inspeções dos estabelecimentos prisionais do Estado de Sergipe, observando a estrutura, condições de segregação dos presos provisórios, definitivos, tratamento ambulatorial, medida de segurança e internações de adolescentes em conflito com a lei. Com isso, foi possível solicitar às autoridades as providências necessárias para dar mais dignidade aos segregados. A elaboração conta com a participação de Juízes, Desembargadores, servidores da Dimoj e da Corregedoria Geral de Justiça.

Semana Nacional de Conciliação 2013

Organização – juntamente com a Presidência do TJSE, Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Soluções de Conflito e Cidadania e Corregedoria Geral da Justiça – da *Semana Nacional de Conciliação*. Foram mobilizadas 34

unidades jurisdicionais em todo o Estado de Sergipe. Foram designadas 3.089 audiências, sendo 3.113 audiências realizadas, 715 audiências conciliadas/transacionadas e nove composições civis dos danos em processos.

Plantão 24 horas

Em setembro de 2013, a Juíza Auxiliar da Presidência do TJSE, Elbe Maria Franco do Prado de Carvalho, acompanhada da equipe da Diretoria de Modernização (Dimoj) apresentou a estrutura do Plantão 24 para a Defensoria Pública, Ministério Público e Secretaria de Segurança Pública (SSP). Nos três encontros, a Juíza salientou que para o ingresso de ações durante o Plantão Noturno as medidas devem ser de extrema urgência. “Somente serão atendidas demandas no Plantão Noturno quando o seu deferimento puder ser cumprido naquela mesma noite”, esclareceu a Magistrada.

Segundo o Sub-Defensor Geral, Jesus Jairo Lacerda, a solução encontrada pelo TJSE para a ampliação do Plantão de 24 horas foi excelente para a população. “A ideia de ser centralizado na capital também foi acertada, já que a demanda é muito maior em Aracaju”, concordou o defensor. No Ministério Público, a implantação do plantão noturno foi apresentada ao Secretário-Geral, José Rony Silva Almeida. “A operacionalização da proposta está razoável. Ficou tudo muito bem esclarecido”, afirmou o promotor.

Segundo os delegados que participaram da reunião com a Juíza Elbe de Carvalho, a ideia de um atendimento centralizado para as demandas do interior e da capital pode viabilizar e facilitar o trabalho da Secretaria com o apoio do TJ. “O plantão noturno é um avanço para nós. Era algo almejado e que só veio para somar. A proposta apresentada poderá contribuir para uma maior agilidade desses serviços prestados à população”, ressaltou a Coordenadora das Delegacias da Capital, Viviane Cruz Pessoa.

Em nove meses, 137 novos servidores concursados foram convocados

Novo concurso para técnico e analista judiciários deve ser anunciado em breve

Uma das metas do Desembargador Cláudio Déda nesse segundo ano à frente da Presidência do TJSE é realizar um novo concurso público para os cargos de técnico e analista judiciários. O contrato já foi fechado com a empresa Cespe (Centro de Seleção e de Promoção de Eventos, da Universidade de Brasília) e em breve o edital deverá ser lançado.

O último concurso aconteceu em 2009 e somente de fevereiro a novembro de 2013, foram convocados 137 novos servidores aprovados naquele certame, sendo 42 analistas e 95 técnicos judiciários. O reajuste salarial concedido, em janeiro de 2014, foi de 6% para servidores efetivos e 5% para cargos comissionados e funções de confiança.

Confira o quadro dos aprovados no concurso de 2009 e que foram convocados entre fevereiro e novembro de 2013



CARGO	ESPECIALIDADE	COLOCAÇÃO	CONVOCADOS	SALÁRIO INICIAL
Analista Judiciário	Análise de Sistemas	52º ao 67º	16	R\$4.032,45
Analista Judiciário	Arquitetura	2º	01	
Analista Judiciário	Contabilidade	7º ao 15º	09	
Analista Judiciário	Direito	22º	01	
Analista Judiciário	Engenharia Civil	8º ao 12º	05	
Analista Judiciário	Psicologia	6º ao 10º	05	
Analista Judiciário	Serviço Social	12º ao 16º	05	R\$2.457,39
Técnico Judiciário	Programação de Sistemas	33º ao 36º	04	
Técnico Judiciário	Nível Médio	806º ao 896º	91	

AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO

FAIXA SALARIAL/ REMUNERAÇÃO	VALOR LÍQUIDO A SER RECEBIDO PELO SERVIDOR EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE:		
	01/01/2014	01/07/2014	01/01/2015
Até R\$ 4.905,98	R\$ 529,63	R\$ 589,75	R\$ 649,88
De R\$ 4.905,99 a R\$ 6.906,09	R\$ 340,63	R\$ 463,75	R\$ 586,88
Acima de R\$ 6.906,09	R\$ 318,35	R\$ 448,90	R\$ 579,45

Pela Lei nº 7.749 – de 27 de dezembro de 2013 e publicada em 15 de janeiro de 2014 – o auxílio-alimentação pago aos servidores do TJSE passará para R\$ 710, em julho de 2015.

AUXÍLIO-SAÚDE

Foi reajustado através da Portaria nº 78 GP 1, de 2013. Os valores pagos são os seguintes:

Até 39 anos: R\$306,35
De 40 a 49 anos: R\$336,99
De 50 a 59 anos: R\$367,63
Acima de 59 anos: R\$575,81

ADICIONAL DE TITULAÇÃO*

Qualificação: 1% a cada 120 horas de cursos/treinamentos/congressos, limitado a 3% (360h).

Especialização: 8%

Mestrado: 12%

Doutorado: 20%

(*) Percentual incide sobre o vencimento estatutário.



Em 2013, foram convocados 290 estagiários de nível médio e aconteceram cinco audiências de remoção

01/11/2013



09/09/2013



14/10/2013



GRATIFICAÇÃO DE INTERIORIZAÇÃO

Quem trabalha no interior do Estado recebe um benefício a mais: a Gratificação de Estímulo à Interiorização (GEI). Ela incide sobre o vencimento básico do cargo de Técnico Judiciário, padrão NM, letra A, segundo a distância geográfica entre a sede do Tribunal de Justiça, em Aracaju, e o local de efetivo exercício das atividades do servidor requerente, com exceção das Comarcas de Barra dos Coqueiros, Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão (unidade do Rosa Elze). O percentual varia de 5% a 15%.

Audiências de remoção

Entre fevereiro de 2013 e janeiro de 2014, foram realizadas cinco audiências de remoção, possibilitando o remanejamento de 178 servidores, sendo 167 técnicos judiciários e 11 analistas (oito de Psicologia e três de Serviço Social). Segundo a chefe da Divisão de Alocação e Avaliação do TJSE, Emilinha Alves de Melo, o objetivo da 'Remoção legal' é promover de forma transparente e dinâmica o remanejamento dos servidores entre as unidades jurisdicionais da capital e interior do Estado.

"O mecanismo adotado permite o preenchimento de todas as vagas, inclusive as remanescentes em um único momento. É enfatizado, ainda, o aspecto motivacional, que promove uma melhoria do índice de satisfação dos servidores com a instituição, fazendo que os mesmos reconheçam o grande avanço implantado pela instituição no tocante à política de Gestão de Pessoas. O processo é considerado pelos servidores transparente e célere", analisou Emilinha.

Estágio

Durante o primeiro ano de gestão do Desembargador Cláudio Déda frente à Presidência do TJSE, foram convocados 290 estagiários de nível superior e 79 de nível médio, que atuam nas unidades jurisdicionais da capital e interior. Eles desenvolvem as atividades com a carga horária de 20 horas semanais. A bolsa para o de nível médio é de R\$ 522 e R\$ 622 para nível superior, sendo que ambos recebem mais R\$ 94 de vale-transporte. O estágio é concedido pelo período de um ano, podendo ser renovado por mais um ano.

"A nova lei de número 11.788, de 2008, conceitua o estágio como um ato educativo supervisionado, visando a preparação do aluno como cidadão e trabalhador, mediante aplicação efetiva do conhecimento adquirido na escola e o desenvolvimento de competências próprias. No estágio do TJSE, eles adquirem conhecimento e contribuem para o desenvolvimento das atividades cartorárias e administrativas", explicou Vanúsia Hora Freitas, Chefe do Setor de Estágio do TJSE.

TJSE chega ao quinto ano do Planejamento Estratégico

Metas estabelecidas pelo CNJ estão sendo atingidas através da organização e produtividade

“Como já estamos maduros e evoluídos com o planejamento 2009/2014, os novos macrodesafios serão preparados e adequados para ser uma evolução permanente na melhoria da qualidade dos diversos serviços prestados pelo Judiciário sergipano”. Foi assim que o Diretor de Planejamento do TJSE, Erick Andrade, definiu os rumos do Judiciário sergipano em relação às metas que são, anualmente, estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Se 2013 foi um ano produtivo, 2014 promete não ser diferente.

Segundo o Presidente do TJSE, Desembargador Cláudio Déda, das cinco metas aprovadas para este ano, uma já nasce cumprida. “É a meta que trata da estruturação do quadro pessoal. Já as outras, são metas de produtividade, que o nosso Tribunal tem tradição no cumprimento”, ressaltou o desembargador, lembrando que o patamar atingido hoje é resultado de um investimento constante de gestões anteriores.

Confira a seguir as ações realizadas no primeiro ano de gestão do Desembargador Cláudio Déda frente à Presidência do TJSE.

V Encontro Anual do Planejamento Estratégico do TJSE

23 de agosto



“Integração é a palavra-chave deste encontro. Toda colaboração advinda de agentes internos ou externos pode contribuir para os nossos projetos estratégicos”. Foi assim que o Presidente do TJSE, Desembargador Cláudio Déda, definiu o evento realizado pelo quinto ano consecutivo. Com o tema “Cultura fortalecida: a integração é a melhor estratégia”, o encontro reuniu representantes de dez instituições, dos âmbitos estadual e federal, que puderam conhecer como funciona o planejamento estratégico do Tribunal de Justiça de Sergipe e também apresentar os primeiros resultados de uma produtiva parceria.

O evento foi iniciado com uma mensagem de otimismo, com crianças lembrando que a Justiça proporciona verdadeiros milagres na vida de muita gente, seguido da exibição de alguns depoimentos gravados com pessoas que recorreram ao TJSE e tiveram seus pleitos atendidos e também a apresentação dos projetos estratégicos.

Participaram do encontro como visitantes representantes dos seguintes órgãos:

- Polícia Civil de Sergipe
- OAB Sergipe
- Ministério Público de Sergipe
- Defensoria Pública de Sergipe
- Justiça Federal
- Tribunal de Contas
- Tribunal Regional do Trabalho
- Tribunal Regional Eleitoral
- Secretaria de Estado do Planejamento Orçamento e Gestão
- Associação dos Escrivães Judiciários

Reuniões de Análise Estratégica (RAEs)

12 de abril, 5 de julho e 8 de novembro



Durante o primeiro ano da gestão do Desembargador Cláudio Déda frente à Presidência do TJSE, foram realizadas três Reuniões de Análise Estratégica (RAEs). Ao todo, a RAE chegou a sua 15ª edição no dia 8 de novembro de 2013, quando foi feita a apresentação dos dados do relatório *Justiça em Números* e realizado um balanço das propostas para as Metas Nacionais do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para o ano de 2014. Durante a reunião, também foram apresentadas as ações do Projeto de Ergonomia para magistrados e servidores e um estudo da Diretoria de Administração e da Modernização sobre o consumo de papel, dentro dos *Programas de Virtualização e Responsabilidade Ambiental*.

A 13ª RAE, realizada no dia 12 de abril, recebeu como visitante a equipe da Coordenação de Planejamento Estratégico e Gestão do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe. “O TJSE é referência nacional com relação à execução do

planejamento estratégico no Judiciário. Viemos buscar as experiências e as boas práticas para levá-las para a nossa Justiça Eleitoral. Percebemos a participação efetiva da alta administração e o comprometimento e competência de todos os envolvidos. Saímos daqui cheios de ideias”, comentou a Coordenadora de Planejamento Estratégico e Gestão do TRE/SE, Conceição Vasconcelos.

Já na 14ª RAE, a visitante foi a superintendente da Polícia Civil, Delegada Katarina Feitosa, que enalteceu a contribuição dada para a implantação da gestão estratégica na Secretaria de Segurança Pública (SSP). “Conhecer como as reuniões acontecem foi muito interessante. Todos os setores conversam, os problemas são resolvidos, os mais complexos são discutidos, pontuados e levados para a resolução da alta direção. São experiências como essa que utilizaremos na implantação do nosso planejamento estratégico”, frisou a delegada.

Pesquisa de satisfação



A Pesquisa de Satisfação 2013 foi a quinta realizada pelo TJSE e foi aplicada durante dez dias, no mês de maio. Dos cerca de 1.200 entrevistados – em diversos fóruns de Aracaju, Itabaiana, Tobias Barreto, Lagarto, Estância, Propriá, São Cristóvão, Nossa Senhora da Glória e Nossa Senhora do Socorro – 84,28% disseram que confiam no Judiciário sergipano e 56,35% avaliaram como bons os serviços prestados.

A Diretoria de Planejamento fez algumas inovações nessa quinta edição, como distinguir os atrasos entre a primeira audiência e as demais (um pedido da Associação dos Magistrados de Sergipe – Amase), incluir perguntas mais específicas sobre a Ouvidoria e incluir cinco perguntas referentes ao site do TJSE, um pedido da Secretaria de Tecnologia.

A porcentagem de pessoas que esperaram mais de 10 minutos para serem atendidas nas recepções passou de 24% em 2012 para 46%. Número esse que pode ser associado ao aumento da demanda nessas unidades, que pulou de 158 mil processos em 2012 para 181 mil em 2013. Em relação à infraestrutura das unidades, 62,01% acharam as instalações físicas boas. Mais da metade também classificou como boa a sinalização interna, a higiene e a segurança das unidades.

Apesar de 58,78% ter dito que conhece o Disque Processo, apenas 10,52% disse conhecer a Ouvidoria. Já na área dos serviços de informática, 72,70% disse que já utilizou o site do TJSE, contra apenas 34,21% que respondeu sim à mesma pergunta em 2012. Na pesquisa atual, 60,60% avaliou como boa a consulta processual, 85,59% disse que as informações estão sempre atualizadas e 54,65% considerou boa a velocidade do site.

Veja como o TJSE cumpriu as metas estabelecidas para a Justiça Estadual em 2013

Meta 1: julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos em 2013.

A Corregedoria, gestora da Meta, constatou que o TJSE é o primeiro colocado no país, com o índice de 125% de julgamentos.

Meta 2: julgamento de 90% dos processos da Justiça Militar nos Estados ingressados até 2008, no 1º e 2º Graus.

100% cumprida

Meta 18: identificar e julgar, até 31/12/2013, as ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31/12/2011.

O índice atingido foi superior a 80%. Além de abranger processos complexos, foi necessário realizar uma reclassificação para identificar todos os feitos enquadrados pela meta, fato que provocou constantes mudanças nos índices a serem buscados.

Meta 16: fortalecimento do Controle Interno

100% cumprida

Meta 17: desenvolver nacionalmente Sistemas Efetivos de Licitação e Contratos

93% de cumprimento

VII Encontro Nacional do Judiciário

18 e 19 de novembro, em Belém (PA)

Presidentes dos 91 Tribunais brasileiros, sob a coordenação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), estabeleceram ações prioritárias da Justiça para 2014 e o Planejamento Estratégico Nacional para o período 2015/2020. Foram aprovados macrodesafios do Judiciário brasileiro, o aprimoramento da gestão da justiça criminal e o fortalecimento da segurança do processo eleitoral. Também ficou definida como diretriz prioritária do Poder Judiciário para o próximo ano orientar programas, projetos e ações para aperfeiçoar os serviços judiciários de primeira instância e equalizar os recursos orçamentários, patrimoniais, de tecnologia da informação e de pessoal entre primeiro e segundo graus.

O Presidente do Tribunal de Justiça de Sergipe, Desembargador Cláudio Dinart Déda Chagas, compareceu ao encontro e avaliou como positiva a escolha das metas. A Corregedora Geral da Justiça sergipana, Desembargadora Suzana Maria Carvalho, deu sua contribuição ao encontro participando de reuniões setoriais.

O TJSE também foi representado pelo Juiz gestor do Departamento de Precatórios, José Pereira Neto; pela Juíza Corregedora, Anuska Rocha Souza; pela Juíza Eleitoral Angélica Souza e pelo Diretor de Planejamento do TJSE, Erick Andrade. Durante o encontro, ocorreu uma reunião paralela do *Fórum Nacional de Comunicação e Justiça*, sobre a política de comunicação nos Tribunais, que contou com a participação do Chefe da Divisão de Jornalismo do TJSE, Luciano Andrade.



Conheça as cinco metas aprovadas para a Justiça Estadual em 2014

Meta 1: julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em 2014.

Meta 2: julgar até 80% dos processos distribuídos até 2010, em primeira instância; julgar até 80% dos distribuídos até 2011, na segunda instância; e julgar 100% dos distribuídos até 2011, nos Juizados Especiais e Turmas Recursais.

Meta 3: estabelecer e aplicar parâmetros objetivos de distribuição da força de trabalho, vinculados à demanda de processos, com a garantia de estrutura mínima das unidades da área-fim.

Meta 4: identificar e julgar, até 31 de dezembro de 2014, todas as ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31 de dezembro de 2012.

Meta 5: identificar e julgar até 31 de dezembro de 2014 as ações coletivas distribuídas até 31 de dezembro 2011, no primeiro grau, e até 31 de dezembro de 2012, no segundo grau.

Atual gestão investe R\$ 5,2 milhões em obras

Foram iniciadas 41 obras, entre construções, reformas e serviços de engenharia

Quando assumiu a Presidência do TJSE, o Desembargador Cláudio Déda encontrou 19 obras em andamento e iniciou outras 41, totalizando um investimento de R\$ 5.285.480,17. Segundo o Chefe da Divisão de Engenharia do TJSE, engenheiro Sérgio Oliveira, os serviços tiveram como objetivo manter as edificações em bom estado de conservação, modernizar as instalações prediais (sanando problemas relativos aos desgastes naturais e de uso) e adequar os prédios às determinações do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

“Com tais obras, primou-se, também, pela segurança de magistrados, servidores e público em geral, com a instalação de gradis nas áreas externas. Adequamos as instalações elétricas e lógicas à virtualização processual, aumentando o número de pontos disponíveis, o que propiciará mais celeridade e comodidade nos trabalhos realizados em cada unidade jurisdicional”, completou Sérgio.

Entre as obras que estavam em andamento, destaca-se a reforma e ampliação do Fórum Professor Gonçalo Rollemberg Leite, localizado na Universidade Federal de Sergipe (UFS), em São Cristóvão. A unidade da Justiça – cuja reforma foi entregue no dia 26 de agosto de 2013 – foi dotada de oito salas para estagiários da UFS, três salas para a Defensoria Pública e de um auditório com capacidade para 50 pessoas, além da ampliação das áreas para conciliação, gabinetes e assessoria. Foram colocados, ainda, itens de acessibilidade, rede de cabeamento estruturado com vista na virtualização processual e *wireless*.

O Reitor da UFS, Ângelo Roberto Antonioli, destacou o crescimento da universidade e a importância da obra de reforma do fórum localizado dentro do campus. “Neste fórum, nossos alunos terão uma percepção da realidade social e sairão daqui prontos para construir uma sociedade melhor”, opinou. O estudante Yuri Pereira de Melo comemorou a iniciativa do TJSE. “Parabenizamos o Tribunal de Justiça por abrir suas portas e permitir o encontro dos estudantes com a sociedade, o que é ideal para a formação acadêmica de qualidade”, elogiou o acadêmico.



Reforma do Fórum Juiz José Dantas Fontes, em São Miguel do Aleixo, seguiu padrões de acessibilidade, com piso tátil e rampas de acesso, e também de segurança, com grades e cercas elétricas





CONFIRA AS OBRAS INICIADAS NA GESTÃO DO DESEMBARGADOR CLÁUDIO DÉDA

1. Reforma de Salas do 4º Pavimento do Anexo Administrativo Des. José Antônio de Andrade Goes (Anexo I), para as instalações do Departamento de Precatórios do TJSE, localizado em Aracaju.
2. Reforma do Fórum Desembargador José Antônio de Andrade Goes, localizado em Neópolis.
3. Reforma do Fórum Juiz José Bezerra dos Santos, localizado em Japoatã.
4. Reforma do Fórum Juiz José Dantas Fontes, localizado em São Miguel do Aleixo.
5. Reforma do Fórum Paulo Moura, localizado em Moita Bonita.
6. Construção da Guarita do Fórum Juiz João Sobral Garcez Sobrinho, localizado em Carira.
7. Reforma do Almoxarifado Central do TJSE – Fóruns Integrados II, localizado em Aracaju.
8. Reforma do Fórum Monsenhor Carlos Cameliu Costa, localizado em Muribeca.
9. Reforma do Fórum Des. Fernando Ribeiro Franco e Construção da Guarita, localizado em Aracaju.
10. Ampliação do Fórum Felisberto Freire, localizado em Itaporanga D'Ajuda.
11. Reforma do Fórum Des. Pedro Barreto de Andrade e construção da guarita, localizado no Conjunto Marcos Freire II, em Nossa Senhora do Socorro.
12. Reforma do Prédio e Construção do muro do Fórum Ministro Heitor de Souza, localizado em Estância.
13. Serviços de engenharia, por meio de concretagem, para a desratização nas imediações do Palácio da Justiça e Centros Administrativos I e II, em Aracaju.
14. Serviços de mudança do Quadro de Medição Elétrico do Fórum Juiz Rosalvo Vieira de Melo, em Pedrinhas.
15. Serviços de instalação de divisórias no Protocolo Integrado do Fórum Gumersindo Bessa, em Aracaju.
16. Serviços de Reforma da sala dos Conciliadores dos Fóruns Integrados III, em Aracaju.
17. Serviços de Reforma do telhado dos Fóruns Integrados III, em Aracaju.
18. Reforma da Cobertura do Salão do Júri do Fórum Dr. Otávio de Souza Leite, localizado em Cristinápolis.
19. Reforma do Fórum Fausto de Aguiar Cardoso, localizado em Itabi.
20. Reforma do Fórum Monsenhor Alberto Bragança de Azevedo, em Japarutuba.
21. Construção do Novo Fórum de Cedro de São João, localizado na Rua Antônio Batista, em Cedro de São João.
22. Serviços de adequação do espaço onde ocorrem os atendimentos no Fórum Maurício Graccho Cardoso, em Itabaiana.
23. Construção de Abrigos para instalação de grupos geradores nos Fóruns Integrados I – Unidade Maria Virgínia Leite Franco; Fóruns Integrados II – Unidade Ministro Arnaldo Leite Rolemberg e Fóruns Integrados IV – Desembargador Fernando Ribeiro Franco, localizados em Aracaju.
24. Reforma do Fórum Des. Antônio Xavier de Assis Júnior e construção de sua guarita e custódia, na Barra dos Coqueiros.
25. Construção de Custódia para Presos no Fórum Professor Gonçalo Rolemberg Leite, localizado no Campus da UFS em São Cristóvão.
26. Reforma do Fórum Dr. Francisco Vieira de Andrade, localizado em Capela.
27. Execução da obra de elevação do muro do Fórum Flávio da Rosa Melo, em Frei Paulo.
28. Reforma do Palácio da Justiça – 2º, 3º, 4º, 6º e 7º pavimentos, em Aracaju.
29. Serviços de contenção da infiltração de água no imóvel vizinho aos Fóruns Integrados II, Unidade Ministro Arnaldo Leite Rolemberg, em Aracaju.
30. Serviços de Reforma do Fórum Dr. Fernando Maynard, em General Maynard.
31. Serviços de limpeza e desobstrução das caixas de passagem de esgoto do Fórum Gumersindo Bessa, em Aracaju.
32. Conserto de infiltração na Sala da Promotoria do Fórum José Carvalho Déda, em Poço Verde/SE.
33. Reforma do Fórum João Leal Soares, localizado em Tomar do Geru.
34. Reforma da Sala de Atendimento do Registro Civil e do banheiro da Promotoria da 4ª Vara de Assistência Judiciária – Fóruns Integrados III, em Aracaju.
35. Serviços de mudança da sala do CPD dos Fóruns Integrados III, em Aracaju.
36. Reforma do Fórum Des. Humberto Diniz Sobral, em Nossa Senhora das Dores.
37. Serviços de reparo no muro externo do Fórum Alberto Deodato, em Maruim.
38. Serviços de iluminação natalina do Memorial do Poder Judiciário de Sergipe – Palácio Sílvio Romero, em Aracaju.
39. Sinalização das escadas nos Fóruns Integrados III, em Aracaju.
40. Reforma da Fachada do Centro Tecnológico, em Aracaju.
41. Reforma do Pleno e das Câmaras Cíveis e Criminal do Palácio da Justiça, em Aracaju.

Criação do Departamento contribuiu para facilitar o acesso à informação

Junto com o Departamento, a Presidência do TJ capacitou servidores e lançou portal

Criado pela Lei Estadual 7.596/2013 e instalado em 30 de abril de 2013, o Departamento de Precatórios do Tribunal de Justiça de Sergipe tem, atualmente, cerca de 3.800 processos tramitando. “Esse departamento reflete o concreto empenho do Presidente do TJSE, Desembargador Cláudio Déda, em prol da efetividade da Justiça e o desejo de dar ao credor de precatório o que lhe é devido, à luz dos preceitos legais e constitucionais”, ressaltou José Pereira Neto, Juiz Gestor dos Precatórios.

“Agora, a população dispõe de um setor específico para consultar os precatórios, agendamento de audiências, lista de credores preferenciais e buscar instruções para solicitar preferência”, continuou o magistrado. Além do Juiz Gestor, o Departamento de Precatórios é composto por dois assessores de Juiz, uma chefia e secretaria com três divisões: Divisão de Apoio e Recepção de Precatórios; Divisão de Pareceres e Pagamentos; e Divisão de Processamento e Cálculos.

A atual gestão foi responsável não só pela instalação do setor, mas também pela disponibilização de um novo espaço físico,



Foto: Bruno César

situado no 7º andar do Palácio da Justiça e que, no início deste ano, passou por uma reforma. “O presidente do TJSE também nomeou servidores para o novo Departamento, todos do quadro efetivo do Tribunal, e foi o responsável pela capacitação dos mesmos, através de um curso realizado em setembro do ano passado”, enumerou o Juiz José Pereira Neto.

A criação do Departamento de Precatórios do TJSE atendeu a uma recomendação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), sendo criado um setor

responsável pelo processamento, acompanhamento, execução e pagamento dos precatórios das Fazendas Públicas Estadual, Municipal e das Administrações Públicas indiretas da União, Estado e respectivos Municípios.

Sensibilização dos gestores

O Departamento de Precatórios, buscando regularizar e fiscalizar os repasses dos valores para pagamentos dos precatórios, vem realizando audiências e reuniões com os entes

Instalações do Departamento de Precatórios foram reformadas e o Portal entrou no ar dia 22 de julho

devedores. A finalidade da conciliação é atenuar os efeitos do bloqueio determinado em lei. Entretanto, quando o representante do ente devedor não comparece, nem justifica a impossibilidade, a Presidência cumpre as determinações contidas nos artigos 100, § 6º, da Constituição Federal de 1988 e 1997, §13, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Ou seja, quando a entidade devedora não faz o devido repasse, o presidente do TJ, depois da ampla defesa da entidade devedora, pode bloquear valor devido das contas do município e/ou Estado.

Antes da realização das audiências para ajuste dos débitos relativos aos precatórios, a assessoria do Juiz Gestor do Departamento de Precatórios faz um levantamento de cada ente devedor para aferir a receita e os débitos (na Justiça Estadual, Trabalhista e Federal); a existência de acordo sobre depósito ou bloqueio no processo administrativo; extratos bancários; regime de pagamento e o valor da Requisição de Pequeno Valor (RPV).

Tais informações são repassadas à Divisão de Processamento e Cálculos, que apura o montante devido pelo ente devedor. Tudo isso, objetivando assegurar que o valor a ser cobrado atende ao que é devido. “Toda semana temos audiências com prefeitos do interior e com outros órgãos do governo para que os valores sejam depositados”, enfatizou o Presidente do TJSE, Desembargador Cláudio Déda.



Juiz Coordenador dos Precatórios, José Pereira Neto, recebeu credores e herdeiros, no dia 4 de outubro, e também se reuniu com representantes da Procuradoria Geral do Estado, no dia 25 de junho



Mais informação e transparência

Outra novidade da atual gestão foi a criação do Portal do Departamento de Precatórios, no site do TJSE, uma ferramenta de transparência e informação aos cidadãos. No site, o credor encontra, facilmente, a seção para consulta de precatórios, agendamento de audiências, lista de credores preferenciais, instruções para solicitar preferência, valor da Requisição de Pequeno Valor por ente devedor, atualização e repasse de valores.

Na seção Consulta de Precatórios, existem as opções de consulta de precatórios devidos por entidades, precatórios pagos



por entidades e consulta por número do processo. A seção 'Legislação Precatórios' traz documentos importantes, como a Resolução 115 do CNJ, de 29 de junho de 2010; a Constituição Federal de 1988, Artigo 100; o Regimento Interno do TJSE e o *Manual de Precatórios do CNJ*. No Portal, o credor encontra, ainda, os canais de comunicação com o Departamento de Precatórios: o telefone 3226-3430 e o e-mail precatorios@tjse.jus.br.



Use o aplicativo QR Code do seu smartphone e confira todas as informações do Portal de Precatórios!

Ações desenvolvidas em 2013 beneficiaram centenas de crianças e adolescentes

Um dos programas trabalhou junto às Prefeituras e incentivou a criação de entidades de acolhimento no interior

Os programas da Coordenadoria da Infância e Juventude do TJSE renderam bons frutos em 2013: 834 estudantes foram beneficiados com o *Projeto ECA na Escola*; 104 pretendentes à adoção participaram de três turmas do curso de preparação psicossocial e jurídica; 102 servidores foram capacitados em seis turmas do curso sobre os Cadastros Nacionais da Infância e da Juventude; a

metodologia do *Projeto Inquirição Especial* foi utilizada em 222 processos, entre outros números significantes.

“As ações desenvolvidas pela Coordenadoria foram ampliadas e fortalecidas muito em razão do apoio institucional oferecido pela Presidência do Tribunal de Justiça, que concorreu decisivamente para o sucesso dos programas e projetos”,

ênfatiçou Vânia Barros, Juíza Coordenadora da Infância e Juventude. Outra conquista importante está relacionada ao *Programa de Ações Integradas para Fortalecimento do Sistema de Garantia e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente*, que resultou na instalação de entidade de acolhimento institucional nas Comarcas de Boquim e Barra dos Coqueiros. Confira, a seguir, outras ações da CIJ.



**Coordenadoria
da Infância e
da Juventude**

Programa de Apadrinhamento Ser Humano

 **Estratégico**  **Ação Continuada**

Iniciativa que envolve a sociedade civil, o empresariado, instituições não-governamentais e órgãos estatais em ações concretas para proporcionar apoio afetivo, auxílio material e acesso a serviços essenciais a crianças e adolescentes acolhidos em entidades de Sergipe, cujos vínculos familiares estejam rompidos, parcial ou totalmente.

Subprojetos desenvolvidos em 2013:

V Encontro Interativo (outubro)

Proporcionou a crianças e adolescentes acolhidos em entidades cadastradas no Programa um momento de agradável convivência e lazer em torno das celebrações pela Semana da Criança. Nessa edição, com um formato diferenciado, os acolhidos foram recebidos na sede do TJSE e desfrutaram da apresentação da Orquestra Sinfônica Vale do Cotinguiba, intercalada com exibição de vídeo institucional retrospectivo do *Programa Ser Humano*,

seguidos de apresentação da temática 'Alternativas de convivência familiar e comunitária: modalidades para a manutenção dos vínculos'. O encontro foi finalizado com um momento de confraternização.



Projeto É Natal V (dezembro)

Oportunizou a crianças e adolescentes acolhidos nas entidades cadastradas no Programa um momento de celebração natalina, com música de qualidade, teatro e iluminação característica. O evento contou com apresentação teatral do Grupo de Teatro Arte em Ação e de um espetáculo musical, promovidos ao ar livre, com mais de 200 músicos e coristas da Orquestra Sinfônica e Coro da Universidade Federal de Sergipe e da Orquestra Sinfônica do Vale do Cotinguiba. A iniciativa unificou as celebrações que, nos anos anteriores, vinham sendo promovidas pelo Memorial do Judiciário e pela Coordenadoria da Infância e da Juventude, no âmbito do *Programa de Apadrinhamento Ser Humano*. Para arrecadação de presentes, foi renovada a parceria entre a CIJ e o Shopping Jardins, com a montagem da Árvore dos Sonhos, contendo cartas com os desejos de presentes dos acolhidos.



Programa de Capacitação e Disseminação do ECA

 **Estratégico**  **Ação Continuada**

Iniciativa de capacitação de atores institucionais e da sociedade civil que atuam no âmbito do Sistema de Defesa e Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, com disseminação do ECA. Em 2013, o público alcançado foi de 1.955 pessoas, entre eles magistrados e servidores do TJSE, agentes de proteção, conselheiros tutelares, conselheiros de direitos, pretendentes à adoção, professores e estudantes.

Ações sistemáticas em 2013 no âmbito do Programa:

Curso de preparação psicossocial e jurídica para pretendentes à adoção - Projeto Adoção Consciente (março, agosto e novembro)

Três edições realizadas com o objetivo de esclarecer possíveis dúvidas sobre adoção, ampliar as concepções a respeito do perfil da criança desejada e estabelecer uma relação de proximidade com a equipe técnica responsável pelo acompanhamento do processo. **O total de participantes nas turmas foi de 104 pretendentes.**

Projeto O ECA na Escola (maio)

Ação que visa contribuir com a promoção da cidadania, a partir da disseminação dos direitos positivados no ECA entre estudantes da rede pública de ensino, e permite o



desenvolvimento de ações que estimulam o protagonismo e a participação efetiva de crianças e adolescentes no processo de redução de conflitos no ambiente escolar. Em 2013, o projeto foi levado a quatro escolas municipais de Aracaju e **alcançou 834 estudantes**.

Curso sobre os Cadastros Nacionais da Infância e da Juventude (abril e maio)

Capacitação teórica e prática para operacionalização do Cadastro Nacional de Adoção (CNA), do Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Acolhidos (CNCA) e do Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei (CNACL), com fornecimento de noções sobre habilitação para adoção, medida de acolhimento e formalização de execução de medida socioeducativa. Foram **seis turmas, com participação de 102 servidores** de unidades jurisdicionais com competência na área, entre técnicos judiciários, chefes de secretaria, assessores de juiz e analistas judiciários.

Projeto Familiarizar

Estratégico Ação Continuada

Audiências concentradas para reavaliação da medida de acolhimento

No âmbito desta iniciativa, a Coordenadoria da Infância e da Juventude gerencia os trabalhos de reavaliação periódica da medida de acolhimento de crianças e adolescentes, oferecendo suporte aos juízos com jurisdição na área. Com a metodologia de audiências concentradas, proposta no projeto, é facilitada a observância do prazo semestral de reavaliação da medida, estabelecido no art. 19, §1º do Estatuto da Criança e do Adolescente. O propósito da ação é contribuir para a reintegração familiar e comunitária ou para a colocação em família substituta de



crianças e adolescentes acolhidos, reduzindo o tempo de acolhimento e favorecendo a agilização dos processos.

No primeiro semestre de 2013, foi reavaliada a medida de 283 crianças e adolescentes, com desligamento de 97 (índice de 34%). No segundo, 273 acolhidos tiveram a medida reavaliada e 82 foram desligados (índice de 30%). **Dos acolhidos desligados nos dois semestres, 84% foram reintegrados à família de origem ou inseridos em família substituta.** Todas as entidades de acolhimento do estado foram alcançadas pelo projeto.



Programa de Ações Integradas para Fortalecimento do Sistema de Garantia e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (PRAIF/SGD)

Estratégico Ação Continuada

Iniciado no segundo semestre de 2013, o PRAIF, desenvolvido pela Coordenadoria da Infância e da Juventude do TJSE em parceria com o Ministério Público de Sergipe e a Secretaria de Estado da Inclusão e do Desenvolvimento Social (Seides), tem como foco principal a municipalização do serviço de acolhimento institucional ou familiar e da execução de medidas socioeducativas em meio aberto.

Na execução do Programa, são consideradas as especificidades de cada um dos parceiros com responsabilidade no Sistema de Garantia e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGD), com ênfase na intersetorialidade, com vistas a assegurar a efetivação dos objetivos definidos. Metodologicamente, o PRAIF/SGD é executado a partir de etapas que, de forma cumulativa, permite o avançar das ações e a consignação dos seus objetivos e metas.

No primeiro semestre de execução, o Programa

alcançou 10 Comarcas: Arauá, Barra dos Coqueiros, Boquim, Canindé do São Francisco, Capela, Gararu, Itabaianinha, Pacatuba, Poço Redondo e Simão Dias (total de 18 municípios), fornecendo os subsídios para a construção e/ou aprimoramento de práticas de atenção à criança e ao adolescente nos diferentes campos de atuação institucional, enfatizando os mecanismos da proteção.

As ações efetivadas no período resultaram na

formulação de Termos de Ajustamento de Conduta nas Comarcas de Pacatuba, Gararu, Itabaianinha, Capela, Canindé do São Francisco e Poço Redondo, em que os municípios integrantes assumiram o compromisso de oferecer o serviço de acolhimento e/ou programa de execução de medida socioeducativa em meio aberto. **O Programa resultou na instalação de entidade de acolhimento institucional nas Comarcas de Boquim e Barra dos Coqueiros.**



Reuniões e atividades do PRAIF/SGD: (1) Simão Dias (27/06/13); (2) Gararu (20/08/13); (3) Boquim (27/08/13); (4) Itabaianinha (08/10/13); (5) Arauá (04/11/13); (6) Pacatuba (26/11/13); (7) Capela (05/12/13). 'Casa Lar' inauguradas após o início das atividades do PRAIF/SGD: (8) Boquim (18/12/13); (9) Barra dos Coqueiros (20/12/13)

Convênio com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Ação Continuada

Viabilizado por meio da CIJ em dezembro de 2008, o Convênio facilita o redirecionamento, para o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA) de Aracaju, de recursos do imposto de renda devido pelos magistrados e servidores. Trata-se de estimular a utilização da faculdade legal disposta no artigo 260 do EC, que autoriza ao contribuinte a dedução de até 6% do imposto de renda devido em benefício do FMDCA, em qualquer de suas esferas. A CIJ realiza o acompanhamento da execução do Convênio. **No ano de 2013, através do Convênio, foi destinado ao FMDCA de Aracaju o total de R\$ 49.200,00, o que representou um aumento de cerca de 18% com relação ao ano anterior.** A proposta tem alcançado uma adesão crescente entre magistrados e servidores.

Audiências concentradas para reavaliação da medida socioeducativa de internação no Cenam

Ação Continuada

A CIJ disseminou em Sergipe, em 2010, a utilização dessa prática, que consiste em reunir todos os processos para a realização da reavaliação da medida socioeducativa de internação em um mesmo momento, otimizando o acompanhamento dos processos de execução. Desde então, a ação tem sido realizada periodicamente. Em 2013, avançou-se com a inclusão da reavaliação concentrada da medida de internação aplicada a adolescentes do sexo feminino e também da medida socioeducativa de semiliberdade. **No**

ano, foram realizadas audiências concentradas nos meses de março, junho e dezembro. O suporte da CIJ visa atender ao prazo máximo de reavaliação estabelecido no art. 121, §2º, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Projeto Inquirição Especial

Ação Continuada

A metodologia de entrevista forense de criança ou adolescente vítima de violência sexual, implementada no âmbito do projeto, segue em funcionamento na 6ª Vara Criminal da Comarca de Aracaju e aberta à utilização de outras Comarcas. Trata-se de sala especial para tomada de depoimento judicial mediada por profissional capacitado para esse fim, com o objetivo de minimizar a revitimização da criança ou adolescente decorrente da rememoração do seu sofrimento em Juízo. **Em 2013, a metodologia foi utilizada em 222 processos.**

Suporte aos magistrados e servidores

Ação Continuada

Entre as atribuições legais da CIJ, encontra-se a de coordenar e orientar as atividades dos Juízes de Direito com jurisdição na área, fornecendo informações técnico-jurídicas, sem caráter vinculante. O suporte técnico oferecido pela CIJ é efetivado de forma continuada e dinâmica, seja por meio do contato direto com magistrados e servidores, seja por meio de atendimento remoto, por telefone e e-mail. **As demandas mais recorrentes de suporte em 2013** relacionaram-se às seguintes temáticas: implementação de serviços municipais de acolhimento e de execução de medidas socioeducativas em meio aberto; adoção; acolhimento institucional e alimentação e operacionalização dos Cadastros Nacionais da Infância e Adolescência do CNJ.



Coordenadoria realiza ações em quatro eixos

Projetos foram nas áreas de educação, prevenção, pesquisa e articulação

Palestras, cursos, assinatura de convênios e participação em eventos preencheram o calendário da Coordenadoria da Mulher em 2013. Segundo a Juíza-Coordenadora, Adelaide Moura, o apoio da atual gestão foi fundamental para o atendimento de todas as demandas. “Esse apoio veio sempre com celeridade nas respostas e interação em todos os eventos e ações da

Coordenadoria, com o máximo de eficiência e profissionalismo. Recebemos do Desembargador Cláudio Déda respostas concisas, eficientes e assertivas”, comentou a magistrada.

Ela ressaltou, ainda, a sensibilidade da Presidência em relação aos temas relacionados à mulher. “Houve uma preocupação com a conscientização, algo

característico da visão estratégica necessária para evitar o aumento do índice de processos de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar”, acrescentou Adelaide Moura, lembrando que os eixos trabalhados em 2013 foram: educação continuada; prevenção; estudos e pesquisas; e parcerias e articulações com rede de serviços.



ARTICULAÇÃO



EDUCAÇÃO

8 de março de 2013



Comemoração ao Dia Internacional da Mulher

O Dia Internacional da Mulher no Tribunal de Justiça de Sergipe, no primeiro ano da gestão do Desembargador Cláudio Déda frente à Presidência do TJSE, foi marcado por importantes ações. Primeiro, a Presidente do Conselho Estadual de Educação de Sergipe, Eliana Borges de Azevedo, comunicou oficialmente ao Poder Judiciário sergipano a aprovação da inclusão de conteúdos programáticos e atividades que falam sobre direitos da

mulher no currículo escolar das escolas públicas e particulares, de ensinos fundamental e médio do Estado. A Resolução foi aprovada pelo Conselho no dia 28 de fevereiro de 2013 e publicada no *Diário Oficial* do dia 5 de março, quando entrou em vigor.



O dia continuou com ações de beleza e relaxamento para as servidoras do TJSE, no hall dos Anexos I e II, seguido de uma palestra da professora da Universidade Federal de Sergipe e doutoranda em Criminologia pela Universidade

de Ottawa, no Canadá, Andréa Depieri Reginato. Ela falou sobre 'Violência Doméstica contra a mulher: desafios e perspectivas'.



EDUCAÇÃO

25 de março



Curso 'Os crimes contra a vida e a dignidade sexual e a reforma do Código Penal', ministrado pela doutora em Direito Penal pela PUC/SP, Alice Bianchini. O curso aconteceu na Escola Judicial de Sergipe (Ejuse) e teve como público-alvo magistrados, servidores e convidados.



EDUCAÇÃO

Julho

Criação de grupo de estudos com as servidoras da Coordenadoria da Mulher visando promover um espaço crítico de conhecimento e debate sobre a temática "violência doméstica e familiar". As reuniões acontecem

quinzenalmente e abordam temas como políticas públicas para as mulheres, entre outros.



EDUCAÇÃO



PREVENÇÃO

26 de agosto e 2 de setembro



A capacitação 'Estratégias de intervenção para os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher' foi ministrada por profissionais do Instituto Albam, organização não governamental de Belo Horizonte, para magistrados, servidores e convidados. Na ocasião, alunos do Instituto Luciano Barreto Júnior, de Aracaju, fizeram uma encenação sobre violência doméstica e familiar, primeiros resultados do *Projeto Educação e Família*, no qual a Coordenadoria da Mulher levou o tema para os jovens daquela instituição.



PREVENÇÃO

Setembro



Execução do *Projeto Educação e Escola*, com o início da capacitação de professores da rede pública estadual. A primeira turma, com total de 20 horas/aula, teve cerca de 60 participantes. O projeto da Coordenadoria da Mulher do TJSE foi realizado em parceria com a Secretaria de Estado da Educação (Seed).



PREVENÇÃO

25 de novembro a 10 de dezembro



16 dias de ativismo

Campanha que aconteceu em 160 países e pregou o fim da violência contra a mulher. A campanha foi criada em 1991, por 23 feministas de diferentes países, reunidas pelo Centro de Liderança Global de Mulheres (CWGL), localizado nos EUA. A Coordenadoria da Mulher participou da campanha através de alguns eixos temáticos. O *Projeto Educação e Lúdico*, levou para o Fórum Gumersindo Bessa, em Aracaju, e para o Shopping Prêmio, em Nossa Senhora do Socorro, a exposição fotográfica *Colorindo a Dor*.



Já a campanha do *Lazo Branco* – iniciada no Canadá, em 1991, quando homens decidiram que tinham responsabilidade em persuadir outros homens a se manifestarem pelo fim da violência cometida contra as

mulheres – foi lançada na Presidência do TJSE e depois levada à Polícia Militar de Sergipe, Guarda Municipal de Aracaju, Juizado de Violência Doméstica contra a Mulher, no Fórum Gumersindo Bessa, e Vara de Execução de Medidas e Penas Alternativas, no Fórum Olímpio Mendonça.



ARTICULAÇÃO

Parcerias

Senac

O TJSE e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) assinaram, no dia 30 de agosto, um termo de cooperação técnica que objetiva a

disponibilização gratuita de vagas em cursos profissionalizantes para mulheres que sejam encaminhadas pela Coordenadoria da Mulher. O Senac deverá disponibilizar até cinco vagas por quadrimestre no Centro de Formação Profissional de Aracaju e uma vaga por quadrimestre nos Centros de Formação Profissional de Itabaiana, Lagarto e Tobias Barreto. Já o TJSE deverá encaminhar, através de ofício, as participantes para os procedimentos de avaliação quanto aos pré-requisitos e posterior inscrição ou matrícula nos cursos programados pelo Senac.



Faculdade Pio Décimo

O Convênio nº 08/2013, que possibilita o atendimento psicológico gratuito a mulheres vítimas de violência, foi assinado entre o TJSE e a Faculdade Pio Décimo no dia 10 de junho. O convênio tem por base o *Projeto de Extensão Grupos de Atendimento às Mulheres Vitimadas*, desenvolvido pelo curso de Psicologia da Faculdade Pio X, que prevê o apoio, em grupo específico, a mulheres vítimas de violência doméstica e familiar. O TJSE faz o encaminhamento das mulheres vítimas, cujo processo tramita na 11ª Vara Criminal da Comarca de Aracaju e nas demais unidades da Justiça, e os atendimentos são realizados na própria faculdade, no Centro de Práticas em Psicologia.



“Esse convênio com o Senac é muito bom porque beneficia mulheres que estão em situação difícil, já que elas serão preparadas para o mercado de trabalho em cursos profissionalizantes de qualidade”

“É relevantíssimo esse trabalho com a Pio Décimo. Destaco a intermediação da Coordenadora da Mulher, da Juíza Adelaide Moura e sua equipe psicossocial.”

Des. Cláudio Déda -
Presidente

Eventos



Além de palestras na capital e interior de Sergipe, a equipe da Coordenadoria da Mulher esteve em eventos que discutiram questões relacionadas ao tema. Um deles foi o *Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 – Desafios atuais dos Feminismos*, realizado em Florianópolis (SC), em setembro. A Juíza Coordenadora da Mulher, Adelaide Moura, também integrou o *V Fórum Nacional dos Juízes de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher* (Fonavid), que aconteceu em Vitória (ES), em novembro.



1 Fevereiro de 2013 Reunião com Presidente do STF e CNJ, Ministro Joaquim Barbosa

2 18 de fevereiro de 2013 Com Diretoria da Associação dos Magistrados de Sergipe (Amase). Da esquerda para direita, Des. Edson Ulisses, Juízes Diógenes Barreto, Haroldo Rigo, Marcos Pinto, Aldo Albuquerque, Antônio Henrique de Almeida Santos, Gustavo Plech (Presidente) e Des. Cláudio Déda

3 8 de fevereiro 2013 Visita do atual Presidente do Tribunal de Contas do Estado, Conselheiro Carlos Pinna de Assis, e do Conselheiro Carlos Alberto Sobral Souza

4 4 de março de 2013 Entrega de projetos na Assembleia Legislativa. Da esquerda para a direita, Des. Edson Ulisses de Melo, Vice-Presidente do TJSE; Des. Cláudio Déda, Presidente do TJSE; Deputada Angélica Guimarães, Pres. da AL; Des. Suzana Carvalho, Corregedora do TJSE; José Pereira Neto, Juiz Coordenador do Departamento de Precatórios do TJSE; Deputado Adelson Barreto, Juiz Gustavo Plech, Presidente da Amase; e Juiz Auxiliar da Pres. do TJSE, Marcelo Campos

5 8 de abril de 2013 Da esquerda para a direita, Promotor de Justiça Arnaldo Figueiredo Sobral, Presidente da Associação Sergipana do Ministério Público; Des. Cláudio Déda, Procurador de Justiça Paulo Lima de Santana, Juiz Gustavo Plech, Presidente da Amase e o Desembargador Roberto Porto

6 1º de março de 2013 Diretora Executiva de Relações Institucionais da Oi em Sergipe, Miriam Nunes de Carvalho, e Anique Rios, analista de Relações Institucionais da Oi

7 21 de março de 2013 Da esquerda para a direita, ex-diretor de Segurança do TJSE, Delegado Júlio Flávio Prado, Des. Cláudio Déda e ex-comandante do 28º Batalhão de Caçadores, Coronel Jefferson Hernandes

8 29 de abril de 2013 Da esquerda para a direita, Juiz da Comarca de Simão Dias, Henrique Britto; Procurador do Município, Prefeito de Simão Dias, Marival Santana e o Des. Cláudio Déda

9 8 de maio de 2013 Com o ex-Presidente do TJSE, o Desembargador aposentado Artur Oscar de Oliveira Déda

10 18 de maio de 2013 Des. Cláudio Déda no projeto Ação Global, com o Superintendente do Sesi, Acrísio Campos

11 17 de junho de 2013 Da esquerda para a direita, Des. Roberto Porto, Des. Suzana Carvalho, Corregedora Geral de Justiça; Des. Cláudio Déda, governador de Sergipe; Jackson Barreto, Secretário de Estado da Fazenda, Jéferson Passos; e subsecretário de Estado de Desenvolvimento Energético, Oliveira Júnior

12 Julho de 2013 Com Capitão de Mar e Guerra, Eron Marçal, e Comandante de Fragata, Clésio Penoni, da Capitania dos Portos de Sergipe

13 Julho de 2013 Com Ana Lúcia Muricy Souza e Eliana Borges do Nascimento, do Conselho Estadual de Educação

14 11 de julho 2013 À direita, Presidente da Câmara de Vereadores de Aracaju, Vinícius Porto; Des. Cláudio Déda, Des. Edson Ulisses de Melo e assessores

15 17 de julho de 2013 Com a Secretária Especial de Políticas Públicas para as Mulheres de Sergipe, Maria Teles dos Santos e assessora

16 1º de agosto de 2013 Secretária Municipal de Defesa Social, Georlize Teles; Des. Edson Ulisses de Melo e Des. Cláudio Déda

17 11 de setembro de 2013 Da esquerda para a direita, Juiz Coordenador do Departamento de Precatórios, José Pereira Neto; Procurador Geral do Estado, Márcio Leite de Rezende; Desembargadores Cláudio Déda e Edson Ulisses

18 23 de outubro de 2013 Com Ricardo Chimenti, Juiz Auxiliar da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam)

19 4 de novembro de 2013 Com João Ricardo Costa, atual Presidente da Associação dos Magistrados do Brasil (AMB)

20 28 de janeiro 2013 Na formatura dos alunos do Instituto Luciano Barreto Júnior



SOU VOLUNTÁRIO,

SOU



Ser
Humano

PROGRAMA DE APADRINHAMENTO

apoio:



realização:

Coordenadoria
da Infância e da
Juventude
3226-3877 / 3226-3878



PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DE SERGIPE

Ela pode !

Ele pode !

MANTER A PAZ !

Mulheres e Homens, juntos,
pelo fim da violência doméstica.



COORDENADORIA
DA MULHER



PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DE SERGIPE